

# Trabalho e consciência

## Mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classe

WERNER MARKERT

**RESUMO:** Este artigo busca discutir as possibilidades e limitações de se utilizar para a análise das sociedades industriais modernas o conceito de classe advindo das determinações econômicas do marxismo. Com o aumento da complexidade destas sociedades e de suas formas de produzir, com a predominância de novos setores como o de serviços no processo de reprodução do capital, como dar conta e criar um conceito que integre todos os excluídos e incluídos no sistema capitalista de trabalho e que dê conta das novas possibilidades de constituição de uma consciência política comum. Tendo por referência a discussão alemã contemporânea sobre a questão, busca-se entender que as tendências da reorganização sistêmica *da produção* em empresas modernas, provocam, na sua forma *inovadora*, uma mudança no *status* do trabalhador na fábrica e na sua consciência tradicional

**PALAVRAS-CHAVE:**  
classe social,  
consciência de classe,  
ação política,  
produção sistêmica.

### 1. Fim da sociedade do trabalho e de classe?

A questão do futuro da sociedade do trabalho e da estrutura de classes sociais tradicionais ainda domina a discussão sociológica internacional. Na Europa, especialmente na Inglaterra e na Alemanha, apresentam uma grande influência os conceitos de Anthony Giddens (1999), na sua discussão “Além do Capitalismo e Socialismo”, e de Ulrich Beck (2000), que indica, no seu conceito da “segunda modernidade reflexiva”, o fim da categoria de “classes sociais”, que passou a ser uma “categoria-Zumbi”, ou seja, uma visão morta de uma espécie já sepultada, que, contudo, sobrevive letargicamente. Ora, foi Habermas um dos primeiros autores a questionar o conceito da sociedade

Professor associado da J. W. Goethe Universität, Frankfurt e professor visitante do Depto. de Educação-UFRN

do trabalho (1987), que criticou o otimismo fatal destes pseudo-modernistas<sup>1</sup>: “uma política que corresponda aos mercados globalizados deve se concretizar dentro das formas institucionais que não retrocedam aquém das condições de legitimação da autodeterminação democrática” (Habermas, 2001, p. 107)<sup>2</sup>.

Deve-se questionar quais serão as conseqüências políticas da ameaça da pauperização social global. Formar-se-á uma nova classe de miseráveis em substituição à classe trabalhadora produtiva tradicional? Ou existe um direcionamento para a constituição de uma nova classe social que, integre todos os excluídos e incluídos no sistema capitalista de trabalho? Como uma tal “classe”, em condições de vida tão diferenciadas, poderia assumir uma consciência político-solidária comum? Existem conceitos político-pedagógicos que refletem este dilema dos marxistas e apresentam propostas concretas de uma formação adequada do trabalhador? Pretendo, neste trabalho, refletir sobre estas questões e referir-me às discussões sobre o conceito marxista de classe e as análises de autores alemães que se orientam em uma sociologia crítica de trabalho ou estão vinculados às políticas dos sindicatos.

## 2. A Teoria de classes sociais e a perspectiva da sua reconstrução

No Brasil, destaca-se atualmente, no âmbito das discussões marxistas sobre o futuro da sociedade capitalista, o conceito de *classe-que-vive-do-trabalho*: “a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (...). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (Antunes, 1999, p. 102)<sup>3</sup>. Nesta definição estão incluídos, *naturalmente*, os desempregados que existem por causa da *lógica destrutiva do capital* (Antunes, 1999, p. 103).

Nesta definição de Antunes são imanentes três pressupostos teóricos que deveriam ser discutidos: a) a definição do conceito de classe poderia ser exclusivamente econômica? b) qual importância assume a “consciência” como categoria fundamental de uma teoria de classe? c) quais serão as conseqüências destas reflexões para a necessidade de reconstruir um conceito de classe?

No marxismo, a polêmica sobre uma definição econômica de classe que caracteriza a vida social dos homens concretos, em condições socialmente idênticas em relação à submissão ao capital, tem uma longa tradição. Mas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os marxistas com uma visão economicista têm grande dificuldade de sustentar seu conceito, frente à realidade da diferenciação social crescente e da inclusão social da classe trabalhadora produtiva tradicional na fase da expan-

<sup>1</sup> Habermas desafiou em 1998, num discurso público, o então candidato ao governo alemão, o social-democrata Gerhard Schröder, a criticar as políticas neoliberais e o conceito da “Terceira Via”. Seu texto foi publicado em 1998 e traduzido para o português (cf. Habermas, 2001).

<sup>2</sup> Habermas não deixa dúvidas sobre as conseqüências sociais fatais do neoliberalismo: “A alternativa neoliberal mencionada alude à antiga controvérsia quanto à relação da justiça social com a eficiência do mercado. (...) Deve-se levar em conta que um mercado de trabalho amplamente desregulamentado e a privatização da assistência à saúde, aos idosos e ao desemprego faz com que surjam – no âmbito dos pior assalariados e dos que possuem relações de ocupação mais inseguras – meios empobrecidos reduzidos ao mínimo para a existência” (Habermas, 2001, p. 118).

<sup>3</sup> Neste momento não é possível caracterizar o conceito de classe de Antunes de forma mais detalhada. Para resumir seu conceito: “a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho” (Antunes, 1999, p. 103).

são da produção capitalista e do estado social entre os anos 50 e 90 do século XX nos países ocidentais. Na Alemanha, por exemplo, nos anos 50, foi iniciada a discussão entre os sociólogos críticos e vinculados aos sindicatos sobre o tema “O proletariado ainda existe?”<sup>4</sup>: “A velha fórmula do Manifesto Comunista, de que o ‘proletário não tem mais nada a perder do que suas cadeias’, não vale mais para a situação social do trabalhador industrial da Alemanha. (...) Assim, ele perdeu também sua consciência proletária combativa de classe e seu espírito revolucionário do passado” (Bahrtdt, 1962, p. 33). O autor repete os resultados de uma das primeiras grandes pesquisas na sociologia do trabalho na Alemanha pós-guerra *O imaginário social dos trabalhadores* (Popitz, Bahrtdt et alii, 1957)<sup>5</sup>. Neste estudo, os pesquisadores identificaram a existência de uma consciência de classe proletária tradicional, que reflete em termos políticos sua submissão ao capital e a perspectiva de luta de classes sociais, somente entre 5% dos entrevistados. Hoje, este percentual está, certamente, abaixo de 1%. Mais distante ainda de uma consciência de classe tradicional evidenciou-se a consciência social dos funcionários comerciais e públicos. Este grupo social, permanentemente em crescimento, identificou-se com os valores burgueses, ao valorizar seu desempenho profissional individual, baseado no trabalho intelectual e não-manual, com base em sua posição social intermediária, não-proletária.

Mesmo reconhecendo que ambos, os trabalhadores industriais e os funcionários comerciais, estão ainda submissos ao poder do capital, os autores admitem: “Ao conceito de proletariado são inerentes, além dos critérios objetivos, a existência de uma consciência proletária e o fato de que o trabalhador age como proletário. Foram justamente estes elementos subjetivos que ganharam importância na discussão se os funcionários comerciais são proletários, ou não” (Bahrtdt, 1962, p. 17).

Esta compreensão influenciou, desde os anos 50, a discussão marxista na Alemanha sobre o conceito adequado de classe e as possibilidades de sua reconstrução política (cf. Negt [1967]\* 1971). Houve uma linha marxista mais ‘economicista’, que acentuou em primeira vista as análises de *O Capital*, na intenção da construção do conceito de “trabalhador coletivo social” (*gesellschaftlicher Gesamtarbeiter*), que corresponde à interpretação de Antunes sobre o conceito de classe marxista que “incorpora a *totalidade do trabalho social*” (cf. Antunes, 1999, p. 102). Este conceito esteve, nos anos 70, estreitamente vinculado à obra de Ernest Mandel, *O Capitalismo Tardio* – que teve nestes anos uma certa recuperação teórico-política na Europa –, mas logo perdeu sua relevância entre os marxistas críticos devido à insuficiência evidente em relação à realidade social concreta: a consciência coletivo-proletária de classe desapareceu quase totalmente no âmbito dos sujeitos que compõem o ‘trabalhador coletivo social’. Hoje, a consciência coletivo-proletária é encontrada somente em círculos militantes do antigo partido comunista ou do movi-

<sup>4</sup> Hans Paul Bahrtdt foi o primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social de Göttingen a realizar, desde esta época, pesquisas na área de sociologia de trabalho, frequentemente em cooperação com sindicatos. O diretor responsável do Instituto hoje é Martin Baethge e Michael Schumann faz parte da presidência.

<sup>5</sup> Cf. as pesquisas desta época com resultados semelhantes na França (Friedman, 1964; Touraine, 1965) e na Inglaterra (Goldthorpe/Lockwood, 1968).

\* A data entre colchetes refere-se sempre à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (nota do Editor).

mento trotskista, compostos mais por intelectuais do que por trabalhadores.

O reconhecimento de que uma definição estruturalmente econômica das categorias do Marxismo possa deixar os teóricos sempre mais distanciados dos interesses cotidianos e imaginações político-sociais dos homens provocou duas conseqüências teóricas: a) a revalorização de escritos de Marx que antecederam *O Capital*, para evitar uma leitura exclusivamente economista deste autor e b) uma discussão político-pedagógica sobre um conceito educacional adequado para a (re)construção da consciência de classe (cf. Markert, 1982).

Recentemente, Sebastian Herkommer resumiu a discussão teórica que sucedeu ao fracasso dos conceitos economistas de classe, a partir do final dos anos 70. A teoria clássica de classe precisa de uma “reconstrução” e atualização no sentido de vincular dialeticamente a análise “abstrata” da teoria de classe de *O Capital* e o conceito empírico das classes sociais concretas. O conceito “abstrato” tem sua relevância na análise do antagonismo entre capital e trabalho. Todavia, os sujeitos envolvidos, trabalhador e capitalista, aparecem neste conceito somente como “personificações econômicas”, como o próprio Marx enfatizou na Introdução de *O Capital*. No conceito de Antunes, os sujeitos de classe não saem desta determinação.

Um conceito determinista perde sua relevância teórica e política, quando não tiver uma mediação dialética com a existência empírica de classes concretas, “como elas existem num certo país e numa época dada nas sociedades capitalistas” (cf. Herkommer, 2001, p. 24s). Sem relacionar as categorias econômicas com a experiência da vida cotidiana dos homens, a teoria marxista perde cada vez mais sua base empírica, mantendo somente uma forma abstrata e a-histórica.

Os estudiosos encontravam a fundamentação teórica desta reflexão sobre “gênese e estrutura” do materialismo histórico, já nos anos 70, nas publicações, por exemplo, de István Mészáros [1970](1981) e Roman Rosdolsky [1968](2001). Mészáros, dando continuidade ao pensamento de Lukács, analisa o suposto ‘determinismo econômico’ na obra de Marx: “Na concepção dialética de Marx, o conceito-chave é a ‘atividade humana produtiva’, que *nunca* significa simplesmente ‘produção econômica’. Essa atividade é, desde o início, muito mais complexa do que a produção econômica (...), e as afirmações de Marx sobre a significação ontológica da economia só serão compreendidas, se formos capazes de perceber a idéia marxista das múltiplas mediações específicas, nos mais variados campos da atividade humana, que não são simplesmente ‘construídas sobre’ uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente esta última. Somente se conseguirmos compreender dialeticamente essa multiplicidade de mediações específicas, poderemos entender realmente a noção marxista da Economia” (Mészáros, 1981, p. 103)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Na obra de Marx de maior referência para Mészáros, os *Grundrisse*, Marx reflete sobre as mediações dialéticas da sua teoria: “O resultado, ao qual nós chegamos, não é que produção, distribuição, intercâmbio, consumação são idênticas, mas que eles formam todos parte de uma totalidade, todas diferentes dentro de uma unidade. A produção estende-se, tanto sobre si mesma na determinação antagonista da produção, bem como sobre os outros momentos. (...) Contudo, a produção, na sua forma específica, é por sua vez determinada por outros momentos” (Marx, 1953, p. 20).

Este resgate metodológico da teoria dialética de um entendimento mecanicista da relação entre “base” e “superestrutura” significa, para a análise do conceito marxista de classe, que se tem de mediar a análise econômica “abstrata” do antagonismo “trabalho” e “capital” com o “específico” da realidade social concreta, nas suas formas histórico-política e sociocultural. Herkommer propõe, na base deste entendimento da teoria dialética para a reconstrução do conceito marxista de classe, a importância de se reconhecer que a mediação entre estrutura econômica de classe, condições de vida cotidiana e agir social não podem ser compreendidas como um determinismo, mas através de suas relações intermediárias complexas. Para Mészáros, o ‘determinismo econômico’ “opõe à concepção dialética um modelo mecânico no qual uma estrutura atemporal de determinações predomina”. Pelo contrário, a economia “é também um ‘determinante determinado’: não existe fora do complexo de mediações concretas, sempre concreto e historicamente mutável” (Mészáros, 1981, p. 104). Se a teoria marxista não é capaz de compreender a realidade social nas suas mediações econômicas, políticas, sociais e culturais complexas, ela mesma reproduz, inconscientemente, o “caráter fetichista do capitalismo” (Mészáros, 1981, p. 104), porque não consegue intermediar a estrutura abstrata econômica com as ações, imaginações e ideologias dos homens concretos<sup>7</sup>.

No mesmo sentido, ao se compreender a realidade social na sua intermediação entre relações abstratas e realidade concreta, historicamente desenvolvida, na sua “temporalidade” histórico-concreta dentro da “atemporalidade” (Mészáros) abstrata do antagonismo no capitalismo, deve-se evitar também um entendimento fetichizado da categoria *trabalho*<sup>8</sup>. A tese da “centralidade do trabalho”, se for definida na sua versão de Engels ou de Kautsky, corre o grande risco de eternizar o domínio da máquina morta sobre o homem vivo. Para Engels, a sociedade do futuro distancia-se do capitalismo pelo fim do domínio do poder capitalista, mas tem de manter a racionalidade técnica para poder organizar “as forças produtivas conforme o modelo de um grande plano harmônico” (Engels, 1971, p. 252). Kautsky completa esta visão instrumental-tecnicista da organização da produção futura, ao idealizar a estrutura eficiente da grande empresa capitalista. Cabe ao socialismo transformar esta eficiência para a organização racional da sociedade, superando a produção anárquica do capitalismo e sua crise permanente. O trabalho concreto continua sendo penoso, submisso à lógica da organização industrial, que incluiu também no socialismo um sistema diferenciado do salário. Conseqüentemente, a visão da nova liberdade concentrou-se na esfera externa do trabalho instrumental: no tempo livre. Ao aplicar continuamente a racionalidade técnica na produção, o proletariado terá no socialismo maiores chances de acesso a atividades políticas e culturais. Este conceito de racionalidade técnica dominou o conceito econômico do “socialismo real” até seu fim.

<sup>7</sup> Em um artigo polêmico, Tarso Genro apresentou uma crítica radical ao “esquerdismo voluntarista”, que ainda está sonhando, em juízo final contra o capitalismo num futuro de felicidade eterna, com o levantamento revolucionário da classe proletária unida. Este “esquerdismo voluntarista (...) tem a mesma matriz ideológica do neoliberalismo. Como? Esse esquerdismo hipostasia o povo ‘de forma pseudo-sacral’, para instituí-lo como ‘padroeiro’ de uma distante revolução, que torna-o politicamente inofensivo no presente”. Os homens “trocaram a sua condição de cidadão pela de consumidor (no neoliberalismo) e espectador do futuro (no esquerdismo voluntarista)” (Genro, 2002, p. 19).

<sup>8</sup> Marx reflete a dialética entre o abstrato e concreto nos *Grundrisse*. “O exemplo do trabalho mostra claramente como até as categorias mais abstratas, apesar de válidas para todos as épocas – precisamente por causa da sua natureza abstrata – são, não obstante, produto de condições históricas e só possuem validade nessas condições, dentro de seus limites” (Marx, 1953, p. 155). E mais adiante: “Tudo o que tem forma definida, como produto, etc. se apresenta só como momento, momento evanescente desse movimento. O próprio processo imediato de produção se apresenta aqui só como momento. As condições e objetivações do processo são momentos seus” (Marx, 1953, p. 600).

Neste modelo, reproduziu-se, no entendimento dos críticos do socialismo soviético, uma perpetuação da separação nesta sociedade, quase taylorista, entre direção e execução no sistema de trabalho, em contraste total com crítica de Marx e Engels (cf. 1991) à divisão entre trabalho intelectual e manual no capitalismo.

Estes impasses de uma certa versão do ‘determinismo econômico’ provocam as questões: como podemos caracterizar hoje a estrutura concreta da sociedade do trabalho dentro de estruturas ‘abstratas’ de classe e como deve ser organizado um sistema de produção que evite a continuação da antiga divisão do trabalho?

### **3. Classes sociais no capitalismo atual e elementos teóricos da reconstrução da consciência de classe**

Ao analisar empiricamente as mudanças estruturais dentro da sociedade capitalista nos últimos vinte anos, não há dúvida de que não se pode mais falar da existência de ‘sociedade industrial’ nas formas sociais do final do século XIX e dos primeiros setenta anos do século XX. No final do século passado a quota do setor de serviço atingiu 70% da totalidade de empregados.

Uma das conseqüências sociais deste desenvolvimento mostra-se na mudança das relações e valores sociais que caracterizaram a longa época do ‘industrialismo’. O ‘industrialismo’ pode ser caracterizado pelas seguintes dimensões sociais da organização do trabalho, de relações sociais e de valores dominantes (cf. Baethge, 2000):

- dominação de produção em massa em grandes fábricas com divisão social aguda entre as competências do pessoal na hierarquia fabril e entre os departamentos (por exemplo, entre fabricação e administração);

- normas rígidas na definição das condições do trabalho (horas por semana, deveres formalizados, autoridade hierárquica, etc.);

- perfil de qualificações dos trabalhadores e funcionários determinado pela estrutura rígida da divisão de trabalho;

- existência de uma consciência coletiva trabalhista de forte vínculo com os sindicatos e entre os operários, bem como a extensão contínua de uma identidade social como classe intermediária nos funcionários comerciais e públicos;

- baixa mobilidade entre as classes sociais e existência de um forte corporativismo.

Nessa estrutura social tradicional, existia ainda a consciência coletiva dos trabalhadores industriais como grupo social, que se encontrava na base da estrutura social, mas que não se caracterizava mais pela maneira de viver no pauperismo total e sem direitos como o proletário antigo. Eles conheciam e defendiam seus direitos, através de uma visão

de mundo dividido entre “aqueles lá em cima” e “aqueles lá em baixo” da pirâmide social (cf. Bahrtdt, 1962, p. 27). Nessa caracterização de sua situação social, os trabalhadores industriais articulavam sua convicção sobre a continuação da existência de divisão de classes, mas sem vincular esta “dicotomia” explicitamente com um conceito de classe marxista. A constatação da situação social coletiva ‘lá em baixo’ expressava a visão de uma classe social sem articulação política socialista e “consciência proletária combativa” (cf. Bahrtdt, 1962): o reconhecimento da sua situação como classe social sem consciência política de classe. Esta consciência representa, em termos de Bourdieu, um “sentido objetivo sem intenção subjetiva” (cf. Bourdieu, 1993, p. 115s).

Em contraste com a consciência social dos trabalhadores, formou-se no grupo dos funcionários comerciais uma perspectiva individualista em relação a seu *status* social identificando-se com os valores da classe média baseados na qualificação pessoal, desempenho profissional e ascensão social. A chamada ‘nova classe média’ se distanciou explicitamente da classe trabalhadora industrial e dos seus representantes sindicais e se identificou politicamente com um estado autoritário e até mesmo com movimentos fascistas. Este fato provocou, especialmente na esquerda europeia depois da Segunda Guerra Mundial, uma polêmica discussão sobre a política “proletária” dos partidos comunistas nos anos 20 e 30, que definiu, em termos econômicos, o *status* social da ‘nova classe média’ como parte integral da classe trabalhadora que deverá se liberar da sua ideologia social, em consequência das lutas sociais, embora se saiba que ocorreu o contrário, ou seja, a identificação com o fascismo.

Essa experiência amarga provocou um distanciamento agudo de intelectuais de esquerda do ‘determinismo econômico’ dos partidos comunistas tradicionais e foi um tema central nas pesquisas e publicações de autores da teoria crítica como Adorno, Horkheimer e Marcuse.

Sem dúvida, a tendência de dissolução dos valores tradicionais da sociedade industrial continua como efeito do crescimento de políticas de “produção flexível” e sua extensão para o setor de serviços, em todas suas ambivalências: “flexibilidade” do conteúdo e da segurança do emprego, “qualificação” superior e necessidade de formação profissional permanente, melhor “qualidade de vida” no trabalho e no tempo livre, mas aumento significativo dos gastos para saúde familiar e seguro social: o novo “individualismo” melhora a disposição do consumidor-cidadão despolitizado e coloca seu futuro social num “risco” maior. Nesses grupos sociais dos serviços comerciais bem qualificados não se encontra mais nenhum resíduo de uma consciência ou responsabilidade social-coletiva, mas hoje há também um distanciamento claro da ideologia fascista.

O problema para os sindicatos e a esquerda hoje é que, mesmo com o crescimento do emprego simples e mal remunerado em amplos setores de serviço e da exclusão social de desempregados, a ideologia do

mercado se estendeu globalmente e se tornou hegemônica.

A realidade social global caracteriza-se hoje ainda mais pela “crescente heterogeneidade das condições no trabalho e na vida” que se reflete na dissolução alarmante de uma sólida “base de interesses coletivos” (cf. Döhl *et alii*, 2000, p. 5s) nas fábricas e na vida social. Hoje, encontra-se em crescimento, nas novas condições de trabalho flexível, a procura pelo trabalhador-técnico, servidor responsável pela manutenção de fabricação (cf. Zarifian, 2001, p. 40s) e em decréscimo a busca pelo operário tradicional desqualificado. A classe trabalhadora industrial tradicional está em risco de decomposição.

Ao mesmo tempo, constatamos a formação de uma nova classe marginalizada (*Unterklasse*), dos excluídos no nível mundial e de *hyperghettos* nas grandes metrópoles. Supostamente, esse grupo, em crescimento forçado, é que mais sofre as conseqüências da lógica do capitalismo atual. Mas não se constata, certamente, uma reconstituição da consciência de classe ou uma perspectiva socialista nessas chamadas classes de miseráveis. Sabemos que seus participantes são vítimas fáceis do populismo na América Latina e de um novo fascismo na Europa.

Assim, o conceito de classe está mesmo extinto? Certamente, na sua versão ‘economista’, que define todos esses grupos sociais como nova classe social integral, devido à sua submissão à lógica do capital e seu *status* econômico de assalariado, o conceito precisa de intermediação com o ‘específico’, com a heterogeneidade social.

Podemos encontrar na teoria de Bourdieu e em sua noção de *habitus*, como Herkommer propõe, um conceito adequado para a reconstrução da consciência de classe perdida, porque com esta concepção se consegue interpretar e refletir que os “estilos diferentes de vida (...) representam e reproduzem formas da distinção social, que caracterizam a relação intermediária, ainda inconsciente, de posições de classe” (Herkommer, 2001, p. 25). Neste sentido, o conceito de *habitus* pode ajudar na *desideologização* das identidades sociais apolíticas das novas classes médias e do trabalhador-técnico, que representam o tipo social do consumidor-cidadão: será possível descobrir as diferenças sociais sutis que produzem e, ainda mais, reproduzem as diferenças econômico-políticas de classes. Assim, podemos definir a importância de intermediar uma análise diferenciada de ambientes (*milieus*) sociais com a hierarquia vertical de classe, “que não deveriam ser definidos de uma maneira unidimensional como nas teorias de classe economistas” (Vesper, 1996, p. 90). A teoria dialética de classe tem a tarefa de mediar as condições sociais cotidianas com a estrutura econômica de classe e o agir social consciente. Neste “conceito de classe orientado no mundo da vida” (*lebensweltlicher Klassenbegriff*), ampliado pelas categorias reconstruídas do materialismo histórico, Vesper propõe uma atualização da teoria marxista que reflete as diferenciações sociais atuais.

Ainda nos anos 60, a cisão entre “formas de consciência concretas e consciência de classe” (Negt, 1971, p. 9) provocou, entre os intelectuais alemães ligados aos sindicatos, a discussão sobre um conceito político-pedagógico adequado, com a intenção de desenvolver e estabelecer “orientações socialistas sólidas e a consciência de classe realista” (Negt, 1971, p. 9). A decomposição da consciência proletária tradicional e, em seguida, de uma teoria socialista consistente não poderiam ser compensadas com a esperança patética da “potencialidade revolucionária objetiva” da classe trabalhadora, de um “esquerdismo voluntarista” nos termos de Tarso Genro. O ponto de referência de uma concepção político-pedagógica realista orienta-se “na existência integral do trabalhador” (Negt, 1971, p. 34) em suas dimensões econômicas, sociais e culturais. As experiências cotidianas dissociadas devem ser interpretadas em sua intermediação com os conflitos estruturais do sistema de produção e reprodução capitalista<sup>9</sup>.

Para Wilke Thomssen, que fez parte de um grupo de intelectuais que desenvolveu nos anos 70 um conceito político-pedagógico para o sindicato dos metalúrgicos, a tarefa é elaborar um conceito de consciência que supere a descrição normativa dos valores da “consciência de classe proletária combativa”, o qual, supostamente, sempre foi uma construção de intelectuais ou de trabalhadores militantes e ainda não se articulou praticamente como consciência de classe coletiva revolucionária (cf. Thomssen, 1990, p. 307 s). Este entendimento da “consciência de classe autêntica” separou-se da “consciência de classe empírica” do trabalhador individual e se transformou em norma absoluta, distanciando-se historicamente, nos últimos cinquenta anos, das imaginações sociais, dos *habitus*, das identidades fragmentadas do homem concreto.

A base metodológica desse projeto se orientou no “conceito de exegese/interpretação” (*Deutungsmuster-Ansatz*): todo indivíduo tem um padrão de percepção próprio pelo qual pretende entender a relação das suas experiências sociais no contexto das suas condições de trabalho e de vida. Thomssen relaciona a “categoria da consciência cotidiana” que contempla “a multiplicidade da vida e o concreto-específico” da sociedade dentro dos seus *Deutungsmuster*. “Eles podem ser entendidos como ‘teorias de consciência cotidiana’, através das quais os sujeitos percebem a variedade de suas experiências e reconhecem seu significado social. Sua análise oferece uma visão realista sobre a forma como os homens compreendem a intermediação das suas experiências com sua visão da sociedade” (Thomssen, 1990, p. 309). Um *Deutungsmuster* exemplar, que pode ser identificado na forma como um trabalhador percebe sua situação na fábrica, mostra que “enquanto uma fábrica está caracterizada na perspectiva do operário, ele não a descreve na sua estrutura integral ou função idêntica. Ao contrário, a fábrica aparece como se tivesse múltiplas realidades e atores sociais. A perspectiva desta caracterização é determi-

<sup>9</sup> Cf. a discussão na Alemanha sobre a temática (Markert, 1982, 1998 e 2000).

nada pelo ponto de vista particular deste operário, para o qual a realidade aparece cada vez mais determinada pela experiência específica” (Thomssen, 1990, p. 317).

Para o processo político-pedagógico, é importante que os pedagogos conheçam e reconheçam estes *Deutungsmuster*, que representam a maneira como este trabalhador compreende e interpreta sua posição na relação com a fábrica. Em geral, este exemplo demonstra, de uma maneira realista, que não se pode esperar que um operário, quase organicamente, tenha uma visão integral e crítica da empresa como fábrica capitalista. Conseqüentemente, cabe ao processo de conscientização política estabelecer a “intermediação do subjetivamente interpretado com o geral-coletivo” (Thomssen, 1990, p. 319), com a estrutura antagonista da relação “abstrata” entre capital e trabalho, estabelecendo uma nova forma de “consciência de solidariedade” (cf. Schumann, 2001).

#### 4. Perspectivas da política de trabalho e da formação da solidariedade coletiva no futuro

Na discussão internacional sobre as mudanças na organização do trabalho, não existem dúvidas sobre o fim das formas típicas da produção taylorista, da homogeneização social das condições do trabalho e da consciência operária em direção a uma crescente massificação das condições de trabalho e da vida social. Na análise de sociólogos do trabalho, este processo provocou ainda uma mudança na perspectiva teórica: na discussão sobre a “Humanização do Trabalho”, que começou na Europa no final dos anos 70, a perspectiva teórica estava centrada no chão da fábrica, na questão das conseqüências das mudanças tecnológicas e organizacionais para o trabalho concreto do operário. As pesquisas concentraram-se nas questões que tratavam das possíveis melhorias das condições trabalhistas como: maior participação nas decisões no ambiente de trabalho, aperfeiçoamento de qualidade para todos, melhor segurança de trabalho e, no caso de mudanças técnico-organizacionais, convênios com o conselho fabril dos trabalhadores (*Betriebsrat*); em suma, na humanização do trabalho na fábrica<sup>10</sup>.

Contudo, em conseqüência da hegemonia política do neoliberalismo nos anos 90, houve uma reviravolta significativa nas pesquisas da sociologia de trabalho no nível mundial: “Com a discussão sobre a globalização e a suposta fraqueza das empresas nacionais, dominaram os aspectos das estratégias empresariais e políticas de oferta. E isto de uma tal maneira, como se não existissem mais problemas humanos na política e na sociologia de trabalho e se não houvesse mais necessidade de melhorias nesta área” (Helfert e Trautwein-Kalms, 2000, p. 2).

Cabe aos sociólogos da esquerda definir uma política de trabalho futuro que refletisse as conquistas dos projetos da “Humanização do

<sup>10</sup> A publicação conhecida e discutida na Alemanha, que resumiu estas perspectivas e as vinculou ao futuro da *racionalização sistêmica*, foi apresentada pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social de Göttingen: Kern, H. e Schumann, M. (1984).

Trabalho” e que conseguisse vinculá-la ao novo projeto com os sindicatos, aos institutos relevantes de pesquisa e, por último, aos interesses dos próprios trabalhadores, para poder recuperar a hegemonia cultural nas políticas de trabalho.

A perspectiva nas análises das conseqüências da “racionalização sistêmica” concentrou-se em um trabalho mais qualificante, cooperativo e satisfatório. No início dos anos 90, o Instituto de Pesquisa Social (SOFI) discutiu, ainda, o conceito da “reorganização inovadora” da produção (Gerst *et alii*, 1995) e a disseminação contínua de trabalho em grupo qualificante (cf. Markert, 1998). Mas no final da mesma década, dominou, mundialmente, um conceito da “reorganização flexível”, que foi aplicado nas empresas com o intuito de reduzir os custos, especialmente como instrumento para “racionalizar” os conteúdos sociais dos contratos de trabalho, mesmo em empresas que adotaram um conceito “inovador” da reorganização. Em uma “onda conservadora” mundial, a “desregulação” das relações trabalhistas aparece como necessidade técnico-objetiva.

Os pesquisadores do Instituto de Pesquisa de Ciências Sociais (München) identificam, assim, duas tendências no processo da reorganização industrial: a) a descentralização contínua nas grandes corporações e a “mercantilização” (*Vermarktlichung*) das relações fabris internas, e b) uma extensão das cooperações supra-fabris em redes (cf. Döhl *et alii*, 2000).

a) A descentralização das relações fabris internas poderia, em princípio, criar melhores condições para a autonomia departamental e para o trabalho em equipes. Mas estas relações funcionam hoje, normalmente, numa forma competitiva, como se fossem empresas que concorrem entre si no mercado: o controle centralizado tradicional é substituído pelo controle competitivo. Esta relação traz, finalmente, a necessidade da implantação de um instrumento de uma condução global, que, conseqüentemente, limita a autonomia prometida. Vinculadas ao princípio dominante da redução de custos, que modificou significativamente o conceito inicial da “produção enxuta” (cf. Womack *et alii*, 1992; cf. Markert, 1997), as empresas implantam modelos de “negociação por objetivos” para evitar uma competição quase “mortal” entre as sub-empresas ou entre os departamentos. Esta sobrecarga de tarefas evita, finalmente, a realização das metas “humanas” no processo de “reorganização sistêmica”, como as que foram definidas nos projetos da “Humanização do Trabalho”, orientados nos modelos suecos de trabalho em grupo, com destaque na participação do pessoal no planejamento das tarefas técnicas de forma cooperativa e qualificada. A conseqüência ainda mais crítica deste processo é a infiltração da ideologia da competição na consciência do pessoal da fábrica, como se este princípio fosse uma necessidade técnico-objetiva em qualquer organização produtiva.

b) A organização em redes pretende uma reorganização flexível entre empresas de setores diferentes para poder estabelecer uma cooperação sobreempresarial e departamental (*Unternehmensnetzwerke – network of enterprises*) (cf. Döhl *et alii*, 2000, p. 9). A metáfora *network* simboliza, especialmente para as ciências da Administração e da Economia, o significado de uma empresa virtual no futuro, na qual se realizam, em um contexto sem coerções, as relações entre as unidades autônomas e os atores fabris numa forma quase “sem poder”. Este modernismo empresarial esquece, todavia, que “o novo modo de poder nas redes dentro das empresas existe no fato de que *poder* não se manifesta mais como comando central e hierarquizado” (Döhl *et alii*, 2000, p. 9). A condução organizacional estende-se como lógica de um mercado interno que regula a troca de recursos numa maneira “racional”. Dessa maneira, as relações intrafabris aparecem como “forma pura de uma relação objetiva” orientada na lógica técnica do mercado: “as ideologias tradicionais da identidade de interesses, da comunidade fabril..., obtêm um fundamento econômico” (Döhl *et alii*, 2000, p. 9). O “modelo” do trabalhador do futuro nesta ideologia (Döhl *et alii*, 2000, p. 13).

Como será possível, neste contexto, a articulação de uma política de trabalho social e inovadora e quais podem ser as tarefas dos pesquisadores de sociologia do trabalho?

As novas tarefas da sociologia de trabalho encontram-se em uma perspectiva integral das mudanças nas sociedades modernas. Temos de compreender estas mudanças na sua ambivalência de oportunidades e riscos: a nova organização de trabalho flexível oferece “mais autodeterminação, soberania sobre o tempo, flexibilidade profissional, trabalho qualificante, que, por si mesmos, não são unicamente interesses empresariais – pelo contrário, eles representam elementos centrais da crítica antiga à regulação taylorista-fordista” (Döhl *et alii*, 2000, p. 14). Nesta perspectiva, encontram-se as análises sobre as novas orientações subjetivas que se manifestam na superação das normas tradicionais no mundo da vida e formam expectativas normativas para um novo mundo do trabalho (cf. Baethge, 1994): “Nesta perspectiva, a flexibilização do tempo de trabalho e das condições trabalhistas surge como nova chance para poder relacionar melhor tempo livre e trabalho numa maneira autodeterminada e conciliar melhor as esferas do trabalho e da família” (Baethge, 1994, p. 14). Mas, evidentemente, não se pode confundir esta “auto-organização” com a idéia da “autodeterminação” do movimento socialista.

Quais tarefas políticas sobram, nesta caracterização do novo mundo, para os sindicatos? O objetivo central é a identificação e definição dos interesses coletivos que as novas condições trabalhistas e sociais trazem para os trabalhadores, para poder superar a segmentação contínua entre “ganhadores” e demitidos deste processo. Ora, temos de considerar

que a articulação de interesses comuns entre grupos sempre mais diferenciados de força de trabalho coletiva, a qual não está mais submetida ao comando centralista-autoritário da fábrica taylorista, mostra-se sempre mais difícil pois os empregados recebem, freqüentemente, ofertas trabalhistas que correspondem a seus estilos de vida social. Uma política ofensiva de trabalho de sindicatos não pode negar estes interesses individuais, nem procurar a salvação na redefinição de uma política de classe da época do fordismo.

É necessário compreender os interesses comuns dentro destas orientações sociais individuais, não necessariamente individualista-egoístas, e vinculá-las a uma visão integral de “autodeterminação” na empresa. “Como são os próprios trabalhadores que pretendem negociar estas relações (*entre interesses pessoais e fabris*), o caminho dos interesses pessoais e/ou até coletivos passa pela compreensão da vinculação crescente da situação pessoal no trabalho e na vida social. Os processos de experiências comuns precisam ainda de um apoio coletivo (no mundo capitalista atual) e podem ser um ponto de referência para a política de sindicatos (cf., por exemplo, o projeto do sindicato dos metalúrgicos (IGM): ‘Meu tempo é minha vida’ de 1999)” (Baethge, 1994, p. 16).

Este conceito político dos sindicatos refere-se às tarefas socio-globais e não mais às questões primeiramente fabris e trabalhistas e tem “a relação entre trabalho e vida como ponto de referência principal para a articulação e defesa de interesses coletivos” (Baethge, 1994, p. 16).

Surgem, nesta perspectiva, novas temáticas para a definição da política sindical na luta para a “reconquista da hegemonia cultural” (Helfert e Trautwein-Kalms, 2000, p. 2), que indicam a direção de novas linhas de pesquisa para a sociologia de trabalho.

Uma questão central destas pesquisas deve se concentrar na temática: “a nova política de trabalho substitui a solidariedade tradicional dos trabalhadores industriais, ou pode-se constituir um novo tipo de consciência solidária?” (Schumann, 2001, p. 1). Para Schumann, é importante uma análise teórico-política e empírica das conseqüências nas novas condições de trabalho sobre a consciência trabalhista: “a nova política de trabalho somente aumenta a repressão fabril em novas formas ou pode favorecer as chances da reativação das exigências emancipatórias dos trabalhadores?” (Schumann, 2001, p. 1).

A “política de trabalho inovadora” distingue-se do taylorismo de uma maneira significativa nas dimensões: “ampliação de tarefas relevantes; trabalho qualificado e responsável; chances pessoais para o desenvolvimento profissional e subjetivo; ambiente de disposições pessoais e grupais ampliados; possibilidade (preliminar) de formação da própria subjetividade” (Schumann, 2001, p. 3s). Schumann quer evitar dúvidas: “Isto ainda não é trabalho assalariado emancipado” (Schumann, 2001, p. 3). Ora, na “tese de repressão”, todas estas mudanças na organização do

capitalismo atual são somente vistas na perspectiva “da subsunção idealizada sob o capital”, provocando novas condições da exploração.

Schumann vê este tipo de “tese de repressão” dentro de um “fundamentalismo” marxista que se mostra cego para a descoberta dos elementos contraditórios dentro do processo da *produção sistêmica*<sup>11</sup>. “No caso da implantação adequada da nova política de trabalho, não será ensaiada uma maior competição ou segmentação, mas, ao contrário, um comportamento orientado para a solidariedade e a compreensão com os colegas” (Schumann, 2001, p. 5). Especialmente, no caso do trabalho em grupo em condições inovadoras, formam-se freqüentemente solidariedades entre colegas orientados na perspectiva de resolver os problemas de trabalho numa razão social. O autor refere-se a pesquisas que ilustram que em empresas, com convênios da co-gestão, realizam-se negociações técnicas e trabalhistas numa forma democrático-discursiva: “nestes grupos desdobram-se processos de uma aprendizagem social que evidenciam aos assalariados os contrastes dentro da realidade fabril e que se transformam em ponto de partida para uma crítica solidário-democrática das condições fabris” (Schumann, 2001, p. 6).

A base subjetiva dos trabalhadores neste processo não é mais a experiência da exploração coletiva da época do taylorismo na sua forma de solidariedade unificado-massificada, mas “trata-se de uma solidariedade ‘moderna’, com um fundamento mais racional” (Schumann, 2001, p. 7). Na análise do autor, este processo não significa “um processo de individualização que destrói a base social da solidariedade. Ele pode, ao contrário, produzir os pressupostos do trânsito para uma nova forma de solidariedade, que favorece o aspecto do reconhecimento mútuo numa forma mais exigente” (Schumann, 2001, p. 7). Temos de reconhecer que *as formas da resistência* contra a exploração no capitalismo tinham no taylorismo suas raízes na massificação das condições do trabalho e na experiência coletivo-solidária dos assalariados: “A política unificadora taylorista provocou uma anti-reação coletiva, a solidariedade tradicional” (Schumann, 2011, p. 7). Hoje, em consequência da reorganização produtiva, temos de responder questões, que refletem as novas chances dos assalariados de obter um *status* no sistema de trabalho fabril que exige capacidades intelectuais e fomenta a função do *experto*. E um trabalhador fortalecido nas suas competências técnico-intelectuais e psíquicas não seria mais resistente à manipulação pela ideologia do capitalismo progressista e conseguiria articular melhor, em dimensões políticas, contrapropostas concretas na fábrica? (cf. Schumann, 2001, p. 8). Schumann oferece, em resposta, uma perspectiva otimista: “Vejo a chance de que, além da tendência à individualização, podem formar-se simultaneamente novas formas solidárias (*entre os trabalhadores*). Suas bases são a autoconsciência e o status profissional dos indivíduos. Eles não se isolam entre si como mônadas. Ao contrário, continuam reconhecendo

<sup>11</sup> Cf. a compreensão de Marx do princípio de *contradição* da relação dialética entre “essência” e “existência” na análise da sua *Tese de doutorado* por Mészáros. Na interpretação do princípio de *contradição* de Epicuro, “Marx também ressalta que essa “externalização” e “alienação” é uma “*Verselbständigung*” (*auto-realização*), isto é, um modo de existência independente, autônomo. E é assim que o conceito de alienação surge na filosofia de Marx, ressaltando a *contradição* que se manifesta na “existência alienada de sua essência” (Mészáros, 1981, p. 64).

seus interesses coletivos e se organizam contra a sua violação. A diferença é que isto acontece não mais na sua forma da solidariedade tradicional. O próprio trabalhador insiste na fundamentação argumentativa” de ações coletivas e procura sua participação como pessoa consciente (cf. a análise de Baethge, 1994).

Estas mudanças acentuam um desafio para os sindicatos e as teorias de trabalho da esquerda, que têm de considerar as novas dimensões de ações políticas coletivas no contexto da “nova forma moderna de solidariedade” (Schumann, 2001, p. 9). Para o autor, a “consciência de solidariedade” se estabelecerá nesta nova base da organização do trabalho<sup>12</sup>.

Resumindo, existe uma certa unanimidade entre os pesquisadores dos institutos de Göttingen e de München de que as tendências da reorganização sistêmica da produção em empresas modernas, provocam, na sua forma inovadora, uma mudança no status do trabalhador na fábrica e na sua consciência tradicional. Ele articula seu interesse no trabalho, como indivíduo que procura estabelecer uma relação humana entre condições no trabalho e sua vida social. Mas não reage de maneira egoísta, como *self-developer*; ele sabe bem articular a violação dos seus interesses trabalhistas em conjunto com seus colegas solidários. Esta nova forma da consciência do trabalhador competente, procurando soluções num discurso democrático-comunicativo e coletivo como cidadão, caracteriza o desafio para uma teoria relevante de trabalho e de classe no capitalismo atual, que promete chances para este trabalhador como *experto*, porém, ao mesmo tempo, prorroga sua submissão à lógica da produção de mais-valia.

Cabe à formação política dos trabalhadores hoje a tarefa da conscientização das novas formas da submissão, na perspectiva de Schumann, da reconstrução de uma consciência coletiva de solidariedade do novo tipo do trabalhador *experto*.

<sup>12</sup> Schumann conclui: “Isto é uma razão importante do meu discurso a favor da expansão da nova política de trabalho e a favor do engajamento da ciência, da política e dos sindicatos nesta questão” (Schumann, 2001, p. 1), da “nova solidariedade no trabalho para a nova solidariedade dos trabalhadores” (Schumann, 2001, p. 7).

Recebido para publicação em julho/2002

MARKERT, Werner. Work and conscience: changes in work society and the reconstruction of the class theory. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 19-36, October 2002.

**ABSTRACT:** This article aims the discussion of the possibilities and limitations in the use of the class concept from Marxism’s economic determinations in the analysis of modern industrial societies. Due to the increase in the complexity of these societies and their production forms, and the predominance of new sectors such as services in the process of capital reproduction, is it possible to

**KEYWORDS:** social class, class conscience, political action, systemic production.

create and manage a concept that integrates both excluded and included in the capitalist work system; a concept that involves the new possibilities constituting a common political conscience? Referring to the contemporary German discussion on the subject, this article understands that the systemic reorganization tendencies of production in modern enterprises generate, in their innovative form, a change in the worker status in the factory and in his traditional conscience.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. (1999) *Os sentidos do trabalho*. Boitempo, São Paulo.
- BAETHGE, Martin. (1994) Trabalho, socialização, identidade: a crescente subjetivação normativa do trabalho. In: MARKERT, Werner (org.). *Teorias de Educação do Iluminismo: conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (2000) Der unendlich langsame Abschied vom Industrialismus und die Zukunft de Dienstleistungsbeschäftigung. *WSI-Mitteilungen. Monatszeitschrift des Wirtschafts- und Sozialwissenschaftlichen Instituts in der Hans-Böckler-Stiftung*, Düsseldorf, 3.
- BAHRDT, Hans Paul. (1962) Die Industriearbeiter. In: FEUERSENGER, M (org.). *Gibt es noch ein Proletariat?* Frankfurt, Main.
- BECK, Ulrich. (2000) *Freiheit oder Kapitalismus. Gesellschaft neu denken*. Frankfurt, U. Beck im Gespräch mit J. Willms.
- BOURDIEU, Pierre. (1993) *Sozialer Sinn*. Frankfurt, Main.
- DÖHL, Volker. *et alii*. (2000) Krise der NormalArbeitsPolitik. Entgrenzung von Arbeit: neue Anforderungen an Arbeitspolitik. *WSI-Mitteilungen*, Düsseldorf, 1.
- FRIEDMAN, Georges. (1964) *Le travail em miettes*. Paris, Gallimard.
- ENGELS, Friedrich. (1971) *Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft*. Berlin, Marx-Engels-Werke, Bd. 20 (DDR).
- GENRO, Tarso Fernando. (2002) Ambigüidades da democracia. *Folha de São Paulo*, Mais, 20/01.
- GIDDENS, Anthony. (1999) *Der dritte Weg*. Frankfurt, Main.
- GERST, Dieter *et. alii*. (1995). *Gruppenarbeit in den 90ern: zwischen strukturkonservativer und strukturinnovativer Variante*. Göttingen, SOFI.
- GOLDTHORPE, John H. & LOCKWOOD, Paul. (1968) *The affluent worker*. Cambridge, Cambridge University Press.

- HABERMAS, Jürgen. (1987) *Técnica e Ciência como “Ideologia”*. Lisboa, Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2001) *A constelação pós-nacional*. 1ª edição 1998. São Paulo, Littera Mundi.
- HELFFERT, Mario & TRAUTWEIN-KALMS, Gudrun. (2000) Arbeitspolitik unter den Bedingungen der Flexibilisierung und “Globalisierung”. *WSI-Mitteilungen*, Düsseldorf, **1**.
- HERKOMMER, Sebastian. (2001) Die Gesellschaft, in der wir leben. Thesen zur Aktualität der Klassenanalyse. *Arbeitspolitik, Klassentheorie, Geschlechterverhältnisse*. Supplement zur Zeitschrift Sozialismus, Hamburg, **2**.
- HORKHEIMER, Max. (2000) Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: \_\_\_\_\_. *Coleção Os Pensadores*. Abril, Rio de Janeiro.
- KERN, Horst & SCHUMANN, Michael. (1984) *Das Ende der Arbeitsteilung – Rationalisierung in der industriellen Produktion*. München, C.H. Beck.
- MANDEL, Ernest. (1993) *Der Spätkapitalismus*. Frankfurt, Main.
- MARCUSE, Herbert. (1966) *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARKERT, Werner. (1982) Abschied vom Klassenbewusstsein? – Anmerkungen zur Literatur über die Kontroverse in der Arbeiterbildung. In: GÖRS, D. (org.). *Gewerkschaftliche Bildungsarbeit*. München, Urban & Schwarzenbeck.
- \_\_\_\_\_. (1997) Lean Production – uma revolução da forma de produção capitalista? discussão alemã e internacional, sua implantação no Brasil e consequências para a formação profissional. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Formação Profissional no Brasil: reflexões teóricas e análises da sua práxis*. Rio de Janeiro, Paratodos.
- \_\_\_\_\_. (1998) Trabalho em grupo nas empresas alemãs: um novo modelo de produção e uma proposta de formação profissional. *Educação e Sociedade*, Campinas, CEDES/Unicamp, **64**.
- \_\_\_\_\_. (2000) Novas competências no mundo do trabalho e suas contribuições para formação do trabalhador. In: *Trabalho e Crítica*. Belo Horizonte, GT Trabalho e Educação da ANPED, Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação, UFMG e São Leopoldo, Ed. Unisinos, **2**.
- \_\_\_\_\_. (2001) *Trabalho, universalidade, comunicação e sensibilização: aspectos teórico-metodológicos para um conceito dialético de Competência*. Trabalho para o GT 9 na 24ª Reunião da ANPED.
- \_\_\_\_\_. (org.). (1998) *Berufsbildung und Erwachsenenbildung zwischen Markt und Subjektbildung*. Hohengehren, Schneider Verlag.
- MARX, Karl. (1953) *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*.

- 1ª edição 1857-1858. Versão Moscou 1939. Berlin, Dietz.
- \_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich. (1991) *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec.
- MÉSZÁROS, Istvan. (1981) *Marx: a teoria de alienação*. (edição original 1970, Merlin Press, London). Rio de Janeiro, Zahar.
- NEGT, Oskar. (1971) *Soziologische Phantasie und exemplarisches Lernen. Zur Theorie und Praxis der Arbeiterbildung*. 1ª edição 1967. Frankfurt, Europäische Verlag-Anstalt.
- POPITZ, Heinrich, Bahrdt, H. P. et alii. (1957) *Das Gesellschaftsbild des Arbeiters* (A imagem social do trabalhador). Tübingen, J.C.B. Mohr Verlag.
- ROSDOLSKY, Roman. (2001) *Gênese e estrutura de O CAPITAL de Karl Marx*. (Original 1968, Frankfurt, Main). Rio de Janeiro, EDUERJ/ Contraponto.
- SCHUMANN, Michael. (2001) Ausgrenzung statt Solidarität? *Supplement der Zeitschrift Sozialismus*, Hamburg, 2.
- THOMSEN, W. (1990) Arbeit, Bewusstsein, Subjektivität. In: *Sozialphilosophie der Arbeit*. Münster, Zeitschrift Leviathan.
- TOURAINÉ, Alain. (1965) *La conscience ouvrière*. Paris, Éditions du Seuil.
- VESTER, Michael. (1996) *Das historische Paradigma und die Landkarte der Klassenmilieus*. *Zeitschrift für marxistische Erneuerung*, 27.
- WOMACK, James P. et alii. (1992) *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro, Campus.
- ZARIFIAN, Philippe. (2001) *Objetivo Competência*. São Paulo, Atlas.